

RECENSÕES

SINNER, Rudolf von. *Confiança e convivência: Reflexões éticas e ecumênicas*. São Leopoldo: Sinodal, 2007. 152p.

Nascido na Suíça, com Pós-Doutorado nos Estados Unidos, Rudolf Eduard von Sinner é atualmente professor titular de Teologia Sistemática e Ecumenismo nas Faculdades EST e no seu Programa de Pós-Graduação. Tendo trabalhado no Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (CMI) e sendo membro da sua Comissão de Fé e Ordem, participou de várias assembleias do mesmo e conhece profundamente a realidade do Cristianismo e da Teologia Ecumênica nos diversos continentes. Dentre suas obras destaca-se a tese de doutorado apresentada na Universidade de Basileia, na Suíça, sobre a Teologia Trinitária em Leonardo Boff e Raimon Panikkar (*Reden vom dreieinigen Gott in Brasilien und Indien. Grundzüge einer ökumenischen Hermeneutik im Dialog mit Leonardo Boff und Raimon Panikkar*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003. 403p.). Mais recentemente estudou a passagem da Teologia da Libertação para uma Teologia da Cidadania e participa das pesquisas de Teologia Pública.

A presente obra se compõe de sete artigos publicados em diferentes contextos, de uma apresentação por seu antecessor na EST, o conhecido professor – agora emérito – Gottfried Brakemeier, de um epílogo do Autor e uma palavra de L. Boff na orelha do livro. Os textos assim reunidos têm como fio condutor o tema da convivência, para além da coexistência, a partir de uma hermenêutica da confiança, apoiada em Dietrich Ritschl, com forte influência de Raimon Panikkar, e apresentada especialmente no início do livro, mas retomada e aplicada ao longo dos textos. Situa-se, assim, no horizonte de uma sociedade pluralista, capaz de construir a convivência pacífica, não como um irenismo, embora se fale “em atitude irênica” (p. 109, p. ex.), mas como forma pacífica e publicamente responsável do ser religioso.

Como é mostrado por von Sinner, o tema da confiança, em particular devido à crise que atravessa, exige uma abordagem especial, do ponto de vista da Teologia, por sua importância em todos os setores da vida humana: nas relações pessoais, nos grupos familiares, nas Igrejas e religiões, na sociedade e nas relações internacionais. Definindo

Teocomunicação	Porto Alegre	v. 39	n. 1	p. 126-129	jan./abr. 2009
----------------	--------------	-------	------	------------	----------------

confiança “como uma expectativa em relação ao comportamento do outro que espero estar em meu ou em nosso interesse”, destaca algumas características que lhe são inerentes: ser um risco, ser um investimento prévio, repousar na ética de fazer o bem, ser gratuita – é dada e não pode ser exigida ou obrigada – e precisa ser informada, ou seja, não se constrói sobre a ingenuidade (cf. p. 15s). A partir da confiança assim definida e circunscrita pode falar-se em “hermenêutica da confiança” para uma convivência humana, ecumênica e inter-religiosa.

A seção seguinte estuda a relação entre uma concepção de Deus, da Igreja e da sociedade, clareando a diferença entre monoteísmo, no sentido político, em contraste com o monoteísmo cristão da fé no Deus triúno. Alertando contra uma fácil analogia entre ambas as realidades (p. 28), ressalta quatro aspectos como possibilidades para uma “contribuição das Igrejas para a democracia”: a alteridade, a participação, a confiança e a coerência. Sem pretender deduções diretas, afirma, no entanto, que a compreensão cristã de Deus “pode oferecer um vigoroso subsídio teológico” para a construção da sociedade (cf. p. 37-40).

O terceiro artigo aborda explicitamente o tema da Teologia Pública, ou seja, a interface entre a inteligência da fé-caridade e o espaço político, tomando como chave especial a Teologia da Cidadania, enquanto dimensão nova da Teologia da Libertação latino-americana.

Ecumenismo e paz formam o núcleo seguinte e faz eco a uma das preocupações constantes do CMI. Um primeiro ensaio pode ser reconhecido na maneira como as próprias Igrejas se tratam entre si e buscam realizar a “diversidade reconciliada”, sem exclusão recíproca. Confiança (fé), esperança e amor são identificados como “valores imprescindíveis para uma ética cristã da paz” (p. 76), tendo seu corolário nas ações em favor do desarmamento, da segurança, das relações de confiança entre as pessoas, de apoio às vítimas da violência, de acompanhamento às apenadas e aos apenados nos presídios, de atitudes de valorização e reconhecimento das pessoas e possibilidade de um serviço militar alternativo (p. 76-82).

No quinto artigo, Hermenêutica ecumênica, à luz do estudo da Comissão de Fé e Ordem *Um tesouro em vasos de argila* (2000), os personagens principais são mais uma vez Leonardo Boff e Raimon Panikkar. São dois hemisférios epistemológicos confrontados para serem integrados ou projetados num ponto mais distante, como linhas paralelas que se encontram ao longe. Enquanto, para o primeiro, a realidade quase fica nas relações interpessoais e sociais, no segundo as

culturas e religiões são o mundo da fé e só uma hermenêutica profunda, cósmica, isto é, para além do constatável, é capaz de sugerir a unidade nas diferenças. Num nível superior ou mesmo contra Boff e Panikkar, para von Sinner, a “confiança no Deus triúno” é “a condição de possibilidade de entendimento ecumênico” (cf. p. 112).

Segue um estudo sobre o diálogo inter-religioso, desde a sugestão rahneriana dos “cristãos anônimos” até à hermenêutica da confiança cósmica – *cosmoteândrica* – de Panikkar. No embate entre exclusivismo, inclusivismo e pluralismo, recorrendo à “hermenêutica da confiança no diálogo inter-religioso”, o Autor define sua própria posição como de *inclusivismo pluralista* (p. 129), segundo a qual tanto Jesus Cristo quanto a trindade pericorética do Pai, Filho e Espírito Santo constituem o alicerce da religião cristã, sempre aberta à confiança da salvação por Deus de outra forma, base para a aprendizagem de outros e com outros “sobre Deus e nosso lugar e atuação no mundo” (p. 130).

Por fim, um panorama das possibilidades de se falar em Igreja numa perspectiva ecumênica. Sem negar uma autocompreensão eclesiológica de Igrejas a caminho da *koinonia*, no CMI, o que mais existe são diferentes eclesiologias (classificáveis como de tipo sacramental, reformatório, conversionista e carismático) no interior do Conselho. Após uma apresentação sumária do documento de consenso da Comissão de Fé e Ordem, atualmente em elaboração (*A natureza e missão da Igreja*), duas condições são apontadas como caminhos para uma compreensão eclesiológica. A primazia do Deus triúno, cuja comunhão pode servir como resposta para a coerência do diverso e, por analogia, como “modelo para a comunhão humana e eclesiástica” (p. 143); em segundo lugar a atitude de “identificar e formular tanto a própria posição quanto a percepção da posição da outra e do outro” (p. 144).

Como grandes eixos do conjunto da obra podem destacar-se: a hermenêutica da confiança como *conditio sine qua non* para uma convivência; a paz, como releva o prof. Brakemeier na apresentação, em todos os sentidos e âmbitos da vida, como grande objetivo a ser buscado; e a inspiração trinitária de toda convivência.

Numa avaliação geral, deve notar-se que o monoteísmo judaico e muçulmano poderiam ter sido mencionados em sua especificidade. No contexto do monoteísmo cristão contrastando com o monoteísmo político, uma referência a uma boa hermenêutica dessas duas tradições explicitaria sua crítica aos abusos dos regimes teocráticos respectivos.

No caso da Teologia Pública ou Teologia da Cidadania, devem elaborar-se critérios melhores, porque seguramente há que diferenciar entre uma presença pública na forma de poder político (qualificados como *loci* pelo Autor) e a forma de atuação da Igreja católica, no tempo de Vargas, ou a atual bancada evangélica e o loteamento dos meios de comunicação social no Brasil de hoje (cf. p. 59s). Tanto no caso do catolicismo, como em outras formas históricas de ocupação religiosa do Estado (Anglicanismo, Luteranismo etc.), não se pode falar de uma Teologia Pública simplesmente. Muito menos na forma atual de tentativas de colonização das instâncias de poder por grupos integristas (católicos) ou fundamentalistas. Na realidade, a Teologia Pública parece encontrar seu lugar próprio no estado laico, onde pode haver o debate aberto e livre das opiniões e onde a força dos argumentos é maior do que o argumento da força.

A seleção de pesquisas, que a leitora e o leitor encontram assim reunidas, espelham a riqueza da vida pensante e frutífera do seu Autor, de suas famílias de fé e de partilha. Com boa apresentação geral, merece destaque a capa reproduzindo a escultura da “Trindade Misericordiosa” de um convento de dominicanas suíças. A sugestiva imagem mostra a *communio* divina em sua essência mais profunda, paixão (sofredora) pela criatura fragilizada. Na compaixão pelo ser humano (e cosmo), inspiradas pelo Deus triúno, as Igrejas e a sociedade poderão aprender os caminhos de convivência.

As notas, ao final de cada seção – que, aliás, é preciso dizê-lo sempre de novo às editoras, ficariam melhor no rodapé, ou no máximo ao final do livro – são um precioso subsídio para aprofundar os estudos. Uma boa revisão literária e ortográfica poderá corrigir alguns erros de digitação e de expressão portuguesa. Por se tratar de uma coletânea de artigos, certas repetições são inevitáveis e talvez pudessem ter sido substituídas por referências internas, mediante uma harmonização redacional final.

Trata-se de uma obra, escrita a partir das tradições da Reforma e com sólido conhecimento da tradição católico-romana – cujas decisões eventualmente são criticadas (cf. p. 151) – que precisa estar no pórtico de qualquer estudo atual de ecumenismo, diálogo inter-religioso e Teologia Cidadã.

Érico João Hammes
PUCRS